
INSTITUTO BRASILEIRO DE FILOSOFIA: UMA TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DE UMA HEGEMONIA CONSERVADORA

INSTITUTO BRASILEÑO DE FILOSOFÍA: UN INTENTO PARA CONSTRUIR UNA HEGEMONÍA CONSERVADORA

BRAZILIAN INSTITUTE OF PHILOSOPHY: AN ATTEMPT TO BUILD A CONSERVATIVE HEGEMONY

Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves¹
Pedro Leão da Costa Neto²

Resumo: O presente artigo visa investigar o Instituto Brasileiro de Filosofia. Fundado em 1949, era a organização responsável pela Revista Brasileira de Filosofia e na qual se desenvolveu a tentativa de construção de uma hegemonia conservadora. Ao lado de um programa de recuperação da história do pensamento filosófico no Brasil, o IBF fez uma releitura conservadora da História do Brasil. Problematicamos o IBF por meio de uma analogia com a história da Itália bem como a partir de observações da história intelectual italiana. Recorremos ainda ao conceito de aparelho de hegemonia filosófico, desenvolvido por Bucí-Glucksmann em sua análise dos *Cadernos do Cárcere* de Gramsci.

Palavras-chave: IBF, hegemonia conservadora, aparelho de hegemonia filosófico

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar el Instituto Brasileño de Filosofía. Fundado en 1949, la organización fue responsable de la Revista Brasileña de Filosofía y en la cual se desarrolló el intento de construir una hegemonía conservadora. Al lado de un programa de recuperación en la historia del pensamiento filosófico en el Brasil, el IBF hizo una relectura conservadora de la historia de Brasil. Buscamos problematizar el IBF a través de una analogía con la historia de Italia, así como de las observaciones de la historia intelectual italiana. Incluso recurrido al concepto de aparato de hegemonía filosófico, desarrollada por Bucí-Glucksmann en su análisis de los Cuadernos de la Cárcel de Gramsci.

Palabras clave: IBF, hegemonía conservadora, aparato filosófico de la hegemonía

Abstract: This article aims to look into the Brazilian Institute of Philosophy. Founded in 1949, the organization was responsible for the Brazilian Magazine of Philosophy and in which developed the attempt to build a conservative hegemony. Beside a recovery program in the history of philosophical thought in Brazil, the IBF made a conservative rereading of Brazil's history. We problematize the IBF through an analogy with the Italy's history and from observations of the Italian intellectual history. We call on also the concept of philosophical apparatus of hegemony, developed by Bucí-Glucksmann in his analysis of the Gramsci's Prison Notebooks.

Keywords: IBF, conservative hegemony, philosophical apparatus of hegemony

O objetivo do presente artigo é investigar o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) como uma tentativa de construção de um projeto de hegemonia conservador no interior do aparelho de hegemonia filosófico³. Criado na cidade de São Paulo, em 1949, entre seus fundadores podem-se destacar, Miguel Reale, Vicente Ferreira da Silva, Luiz Washington Vita, e segundo os seus Estatutos tinha entre seus objetivos, o de:

Promover o desenvolvimento da cultura filosófica em nosso país mediante cursos, conferências, seminários (...);

Promover congressos regionais, nacionais e internacionais para a discussão de problemas filosóficos;

Publicar uma revista trimestral de filosofia (...);

Colaborar com os poderes públicos, as entidades universitárias, e as associações culturais, em tudo que se refira à obra de soerguimento intelectual de nossa gente. (PÁDUA, 1998: anexo 1, p. 1)

A identificação do IBF como instituição representativa do pensamento conservador no Brasil, já foi destacada por diferentes autores. Paulo Eduardo Arantes, em ensaio dedicado a João Cruz Costa (ARANTES, 1994: 88-107), identifica, nos anos 50 e 60, três diferentes posições filosóficas, que corresponderiam a diferentes posições ideológicas: 1) a “esquerda transcendental”, que se constituiu em torno do departamento de filosofia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), e que pressupunha que *suas técnicas filosóficas mais rigorosas corresponderiam a posições políticas mais avançadas*. Arantes, seguindo as observações de Antônio Cândido que caracterizou a obra *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda como representante de um radicalismo potencial das classes médias, atribuirá esta mesma caracterização ao próprio Antônio Cândido e outros professores da FFCL – USP; 2) o “nacionalismo existencialista” que se constituiu em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e que visava elaborar, a partir de conceitos originários principalmente da filosofia existencialista, um fundamento filosófico para um projeto nacional-desenvolvimentista; e 3) a “direita” representada pelo Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), que diferentemente das duas concepções anteriores que elaboraram visões críticas da formação histórica e intelectual brasileira, propunha, ao contrário, uma análise positiva do nosso passado histórico.

No mesmo sentido, Leandro Konder (1998: 470-471) em sua análise dos intelectuais brasileiros nos anos 50 e 60 apresentou uma tipologia, aonde ressaltava a importância das opções filosóficas e das posições teórico-políticas para a formação das diferentes tendências existentes entre os intelectuais, em um sentido amplo, e os historiadores, de maneira específica: 1) a “perspectiva conservadora” citando, por exemplo, Djacir Menezes (próximo ao IBF e membro do conselho de redação da RBF) que defendia a dimensão da continuidade no processo histórico brasileiro, de maneira a repelir o reconhecimento da importância de qualquer ruptura histórica, afirmando, assim, o seu estreito compromisso com a ordem (concepção esta, aliás, que desempenhará uma importância fundamental na história do pensamento filosófico nacional desenvolvida por Miguel Reale e Antonio Paim), Konder identifica essa concepção como uma desenvolvida apologia das forças que comandaram nossa história; 2) a “tendência nacional-desenvolvimentista”, agrupada primeiro em torno do IBESP e que depois deu origem ao ISEB, que pretendia entender a nossa história à luz de um projeto comprometido com a promoção de um desenvolvimento nacional autônomo; 3) a “perspectiva marxista”, sobre a qual Konder faz uma distinção, separando o marxismo ortodoxo doutrinário por um lado, e, por outro, a corrente representada por dois intelectuais socialistas independentes: Antônio Cândido e Florestan Fernandes. O autor sublinha igualmente a importância do grupo de jovens professores da USP que se reuniram em um Seminário para elaborar uma leitura *de O Capital*.

Por fim, o historiador das ideias no Brasil e fundador do IBF, L. W. Vita, em conferência na Universidade de Mainz em 1965, expunha as dificuldades em analisar o panorama filosófico no Brasil, caracterizado por uma grande mobilidade teórica e como solução propunha, igualmente, uma classificação de caráter ideológico-político - influenciada pelo pensamento de Karl Mannheim - como método de análise para os países coloniais e dependentes. Vita identifica, por um lado, o “Pensamento Conservador” – ideológico - (dividido em extrema direita, direita e direita liberal) e, por outro lado, o “Pensamento Revolucionário” – utópico - (dividido em extrema esquerda, esquerda e esquerda liberal). (VITA, 1967: 19-34)

Na cidade de São Paulo, a oposição entre os projetos teóricos e culturais representados pela FFCL - USP e pelo IBF assumiu contornos particularmente antagônicos. Criada em 1934, a FFCL foi concebida como o centro da futura Universidade - e também como forma de superar a tradicional estrutura das escolas profissionais isoladas representadas pela Faculdade de Medicina, pela Politécnica e pela Faculdade de Direito. Para a sua efetivação, a nova faculdade contou com a ajuda de uma “missão cultural francesa” que representou, portanto, uma forte descontinuidade com a tradição cultural e de ensino da cidade. Até esta data o ensino da Filosofia, na cidade de São Paulo, estava representado por duas diferentes Instituições de Ensino. Por um lado, pela Faculdade de Direito de São Paulo criada em 1827, no interior da qual tinham se formado a grande parte dos membros do IBF e por um lado, pela Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo criada em 1908 pela Ordem dos Beneditinos e que funcionou até 1937 - com uma interrupção entre 1918 e 1921 - e que foi reconhecida pelo governo federal e integrada a PUC de São Paulo, em 1946-1947.

O novo estilo de ensino da filosofia, representado pelo ensino dos professores franceses e futuramente pelos professores formados na FFCL, logo entrará em choque com a tradição de ensino da filosofia representada pela Faculdade de Direito.⁴ Tânia Gonçalves em sua Dissertação, dedicada a Cruz Costa, sublinha a oposição destas correntes tradicionais com a nova Faculdade:

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pouca ou quase nenhuma simpatia conquistava das tradicionais instituições dedicadas à educação. Os católicos reconheciam nela um espaço construído pelos liberais que foi sendo ocupada por comunistas. Para a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, um rival nos estudos filosóficos sociais e literários, uma vez que o chamado rigor acadêmico na formação filosófica parecia contrastar com a sua retórica tradicional. (GONÇALVES, 2004: 31)

Desde a sua criação, o IBF desenvolveu uma intensa atividade de transmissão e formação cultural, através da promoção de congressos e cursos de extensão e especialização em filosofia e outras disciplinas das Ciências Humanas⁵, que visavam, segundo observa Marchesini de Pádua em sua Tese dedicada ao IBF, criar “um ‘espaço paralelo’ de formação filosófica na cidade de São Paulo” (PÁDUA, 1998: 29). Outra atividade de grande importância, e com resultados mais duradouros, foi a política editorial do Instituto, através da publicação, desde 1951, da *Revista Brasileira de Filosofia*⁶ e de livros, em grande parte dedicados a resgatar a “tradição filosófica brasileira” (PÁDUA, 1998: 30-33). Referindo-se ao destaque dado pelo IBF ao pensamento filosófico no Brasil, Gonçalves sublinha o seu caráter ideológico:

Para dar legitimidade ao Instituto diante do método francês de estudos filosóficos, Miguel Reale elege um assunto próprio para o grupo do IBF – a tradição filosófica brasileira esta que sempre esteve ligada à tradição das faculdades de direito do Brasil, especialmente São Paulo e Recife. (GONÇALVES, 2004: 34)

Esta oposição, com o passar dos anos, assumirá contornos cada vez mais ásperos, chegando mesmo, até uma briga pública por causa de Hegel, que passou a fazer parte do folclore da cidade (GIANOTTI, 1974: 23-36). Entretanto, o acontecimento com maiores repercussões foi o episódio do concurso para a Cátedra de Filosofia da FFCL, envolvendo Cruz Costa, Oswald de Andrade e membros do IBF, no qual se chocavam diferentes práticas da filosofia: por um lado a representada pelo ensino especializado da filosofia e outra marcada pela formação oriunda da Faculdade de Direito. (GONÇALVES, 2004: 39-53; RODRIGUES, 2011: 61 – 69)

Visando a transmissão de formação cultural, o IBF estruturou-se em quatro diferentes frentes de atuação intelectual: (I) *A formação filosófica*, realizada a partir de 1952, quando, através do financiamento da Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo⁷, foram organizados cursos de extensão cultural. (II) Uma *política editorial*, estabelecida desde sua fundação, e que publicava diversas obras de autoria de seus membros graças ao financiamento do empresariado, da Editora da USP, do Governo de São Paulo, da Prefeitura da Capital, bem como do Instituto Nacional do Livro (INL). (III) *A legitimação acadêmica*, uma preocupação de primeira ordem. Nesse sentido, buscou-se constituir a imagem de que o IBF era uma extensão da Faculdade de Direito da USP e a RBF como o “repertório por excelência do pensamento nacional” (PÁDUA, 1998: 34). Até 1962, já haviam sido realizados cinco congressos de alcance nacional ou internacional. (IV) O IBF tinha também uma *política de expansão* através da fundação de seções estaduais.

Podemos afirmar que uma das estratégias de legitimação ideológica do IBF foi o seu programa de desenvolver uma recuperação da história do pensamento filosófico no Brasil que encontraria correspondência em uma releitura conservadora da História do Brasil e que assumirá contornos cada vez mais claros com a sucessiva aproximação de Antonio Paim e Paulo Mercadante a Miguel Reale, ao IBF e à escola culturalista.⁸

Este referido programa constituiu-se em oposição à chamada “tendência participante” na História das Idéias no Brasil representada, segundo Reale e Paim, por Sílvio Romero, Leonel Franca e João Cruz Costa que ressaltavam a importância da influência externa na História das Idéias Filosóficas no Brasil (PAIM, 1986: 1-19). A Escola Culturalista constitui, sem dúvida, o grupo de pesquisadores que mais se dedicaram à investigação da História das Idéias Filosóficas Brasileiras, que ao contrário de Cruz Costa, afirmavam a existência de uma filosofia brasileira, identificada por uma problemática teórica própria; esta escola se caracterizou teoricamente pela defesa de “um germanismo difuso”, onde estava presente a influência de um grande número de correntes e autores, entre os quais os neo-kantianos, Scheller, Husserl, Hartmann e Mannheim. Outra importante fonte comum de influência e filiação é a obra do fundador da Escola do Recife, Tobias Barreto, do qual Mercadante e Paim serão editores e comentadores. Um papel igualmente significativo foi desempenhado pela recuperação dos diversos momentos de recepção do

pensamento kantiano em nosso país (REALE, 1962: 17-25; PAIM, 1986:37-40) e da filosofia eclética do decorrer do século XIX no Brasil (PAIM, 1987: 251-348).

Mercadante, por exemplo, em seu livro publicado em 1964, *Consciência Conservadora no Brasil* (MERCADANTE, 1972), propõe uma reconstrução do passado histórico brasileiro em geral, e de suas ideias em particular, na qual dará uma importância especial ao ecletismo do século XIX. O autor ressalta o papel central do ecletismo para a construção de uma política baseada no compromisso, na conciliação e na moderação, enfim, em uma evolução política sem ruptura com o passado que encontrava seus fundamentos na filosofia eclética. Mercadante, por exemplo, concebe um dos momentos de maior importância da nossa História, a independência política de 1822, como expressão do espírito de conciliação que sempre caracterizou o processo histórico nacional e que encontrará na filosofia eclética uma elaboração adequada.

Ao contrário, referindo-se ao liberalismo radical, Mercadante observa o seu distanciamento em relação aos interesses do país (MERCADANTE, 1972: 75) e a inadequação do pensamento radical às circunstâncias nacionais (MERCADANTE, 1989: 48). Sobre os reflexos ideológicos desta evolução característica, o autor afirma: “a forma do pensamento adotada pela inteligência brasileira sempre repousou em fórmulas moderadas. Os homens públicos desenvolveram um estilo específico de pensamento, que correspondia às particularidades de suas origens sociais” (MERCADANTE, 1989: 48).

Em sintonia com estas concepções, Reale e Paim efetuam uma revalorização histórica que tem por objetivo uma “justa apreciação do passado cultural nacional”, criticando os autores que viam no bacharelismo⁹ e no caráter ornamental¹⁰ uma característica prejudicial de nossa formação cultural.

Uma crítica contundente será igualmente endereçada àqueles que interpretam a evolução histórica e cultural a partir de seu caráter subordinado e dependente¹¹. Essa crítica ao caráter dependente assume uma importância central no programa de investigação da História das Ideias Brasileiras, elaborado pela primeira vez por Reale, em seu artigo sobre os momentos obscuros e olvidados da Filosofia brasileira (REALE, 1976: Cap. I). Este mesmo programa será retomado e aprofundado posteriormente por Paim e tem uma de suas principais características, a tentativa de identificar as cadeias de ligação e derivação interna que permitiriam compreender as linhas de “continuidade real” em nosso pensamento filosófico (PAIM, 1987: XV-XVII). Este método permitiria elaborar também uma concepção da história da filosofia baseada na identificação dos problemas típicos próprios a cada filosofia nacional, (PAIM, 1986: 1-195)¹² e na recusa de uma tomada de posição valorativa em relação à história das ideias e de suas diferentes interpretações.

Pádua, nos oferece importantes indicações, para entendermos o projeto de revalorização da “Filosofia brasileira”, como uma tentativa de construção de uma hegemonia conservadora:

[...] Seu projeto conservador era de fazer do culturalismo o estatuto da Filosofia no Brasil.

O culturalismo foi a roupagem filosófica necessária para que as contradições de classe e as relações de poder ficassem *apagadas* no cenário filosófico ibeefeano. Empenhado na crítica interna e no resgate do pensamento culturalista desde o Período colonial, o IBF conseguiu organizar um grupo coeso, que se dedicou a sistematizar o tratamento metodológico que deveria ser dado à crítica interna, se dedicou a uma “formação

paralela” através de cursos e palestras, se dedicou a ampliar suas atividades e “fazer escola”, no sentido de garantir a reprodução de sua visão social de mundo. (PÁDUA, 1998: 127-128)

Uma vez reconstruído, em linhas gerais, o projeto hegemônico conservador do IBF, tentaremos na sequência problematizá-lo com a ajuda de observações oriundas da história intelectual italiana. Se nos detemos em referências prolongadas à história cultural e política italiana, é por estarmos convencidos que o exemplo italiano nos oferece uma importante analogia, entre o projeto de construção de uma hegemonia conservadora, expressa no programa de investigação histórico-filosófico do IBF e de membros da escola culturalista (em particular: Reale, Paim, Mercadante) e a elaboração historiográfica de Croce, descrito por Gramsci como exemplo de revolução passiva; assim como a importância atribuída, nas interpretações de Croce e Gentile da cultura italiana do século XIX, à estreita afinidade entre liberalismo político, idealismo filosófico e romantismo literário.

Gramsci, em suas reflexões dos *Cadernos do Cárcere*, sobre a “concepção positiva da revolução passiva”, nas quais serão criticadas as concepções históricas paradigmáticas de Croce apresentadas em suas obras *Storia dell'Europa nel secolo XIX e Storia d' Italia dal 1871 al 1915*, onde todo momento de luta e ruptura se dissolvem. Gramsci, referindo-se aos textos de Croce acima citados, afirma:

Diante desses dois ensaios, colocam-se de imediato as seguintes perguntas: é possível escrever (conceber) uma história da Europa no século XIX sem tratar organicamente da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas? E é possível fazer uma história da Itália na época moderna sem tratar das lutas do Risorgimento? (GRAMSCI, 1999: 298)

O mesmo Gramsci, em uma passagem anterior, interpreta da maneira seguinte esta operação historiográfica de Croce:

É possível dizer que a historiografia da Croce é um renascimento da historiografia da restauração adaptada às necessidades e aos interesses do período atual [...] Esta historiografia é um hegelianismo degenerado e mutilado, já que a sua preocupação fundamental é um temor pânico dos movimentos jacobinos, de qualquer intervenção ativa das grandes massas populares como fator de progresso histórico. Deve-se ver como a fórmula crítica de Vincenzo Cuoco sobre as “revoluções passivas” que, quando foi formulada [...], tinha um valor de advertência e deveria criar uma moral nacional de maior energia e iniciativa revolucionária popular - converteu-se [...] em uma concepção positiva, num programa político [...]. (GRAMSCI, 1999: 291)

Nestes parágrafos, Gramsci critica a transformação de sentido realizada por Croce no conceito de revolução passiva, conceito este elaborado originariamente por Cuoco em seu célebre livro sobre a *Revolução Partenopeia de 1799* (CUOCO, 1999: 143-148) dedicado à análise das causas da derrota da revolução napolitana dirigida pelos “Iluministas Radicais”. Cuoco sublinhava o distanciamento destes intelectuais em relação às massas populares e demonstrava que este isolamento foi decisivo para a derrota da revolução.

No Brasil, o conceito de *revolução passiva* tornou-se um fundamento de significativas interpretações da história do Brasil, realizadas por Carlos Nelson Coutinho e Marcos Del Roio. Nesse sentido, Coutinho afirma que o processo de modernização capitalista pelo qual passou o Brasil, foi marcado pela ausência de uma “revolução democrático-burguesa” ou de “libertação-nacional”, ao passo

que o latifúndio pré-capitalista e a dependência em relação ao imperialismo tampouco se revelaram "obstáculos insuperáveis" para o desenvolvimento do capitalismo no país. Ademais, historicamente a ação do Estado se caracterizou pelo acordo entre as frações dominantes, pela exclusão das forças populares e pela "utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado" (COUTINHO, 1993: 106). Del Roio, por sua vez, sustenta que o "corporativismo estatal", que marcou o país de 1930 a 1945, e o "ingresso limitado na modernidade capitalista" deram o tom da revolução passiva no Brasil (DEL ROIO, 2003: 98). De nossa parte, reconhecemos que, no plano intelectual, a revolução passiva originou ambiente propício para manifestação e disseminação de interpretações conservadoras, como as que foram realizadas pelos membros do IBF.

Por outro lado, o caráter moderado das elaborações de Croce pode ainda ser observado, em sua obra *Storia d'Europa nel secolo decimonono*, em especial nos seus três primeiros capítulos: I – A Religião da liberdade, II – As fés religiosas opostas e III – O Romantismo, identifica as estreitas relações existentes entre o liberalismo político, o idealismo filosófico e o romantismo literário, e a constituição destas correntes em oposição à monarquia e à religião tradicional, por um lado, e à filosofia iluminista e ao jusnaturalismo democrático, por outro lado (CROCE, 1999: 1-75).

Uma semelhante abordagem da história intelectual e política da Itália no século XIX, pode ainda ser encontrada, no outro grande representante da escola neo-idealista G. Gentile:

O rosminianismo é o maior acontecimento ideal da primeira metade do século XIX na Itália; aquele ao qual se conectam e no qual encontram o seu princípio e a sua explicação todos os fatos mais importantes da história contemporânea. [...] Rosminianismo significa ressurgimento do espírito italiano, e portanto restauração do sentimento religioso: idealismo em filosofia, romantismo em literatura, liberalismo em política: enfim tudo de mais vivo e fecundo influenciou a consciência italiana entre 1815 e 1860. E foi uma reação natural, espontânea e necessária às doutrinas do século XVIII, aos princípios do Iluminismo francês que na Itália teve tantos seguidores e exageradores'. (GENTILE, 1969: 22)

Cabe por fim destacar que diferentes intelectuais que gravitavam na órbita do IBF, em diferentes estudos e publicações sobre diferentes temáticas, remetiam ao pensamento de Croce.

É importante sublinhar que a trajetória de Benedetto Croce era marcada por uma atuação como intelectual orgânico. Nesse sentido, sua prática filosófica estava intimamente ligada com uma atuação que era também cultural e política, portanto hegemônica. Emblemática dessa organicidade intelectual foi a sua adesão ao fascismo na primeira metade dos anos 1920, assim como os cargos de senador e de ministro da educação que ocupara. No entanto a atuação política e cultural de Croce foi bastante ampla, uma vez que para Gramsci o Estado não se limita ao seu aparelho composto pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas sim por todas "atividades teóricas e práticas de organização do consenso, assim também as fortificações da classe dirigente se enraízam em *funções políticas indiretas*" (BUCI-GLUCKSMANN, 1980: 488). Nesse sentido, Gramsci afirma que:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]. (GRAMSCI, 2004: 18)

Desta forma, tanto o proletariado quanto a burguesia criam seus intelectuais, especializados no exercício de suas atividades específicas, que têm a função de homogeneizar e conscientizar a classe da qual são orgânicos no campo social e político, de forma a garantir uma coesão e uma coerência com o campo econômico. No entanto, esta operação só pode ser realizada em determinada organização voltada para a atuação intelectual. Os intelectuais orgânicos não agem de forma individual, mas como intelectual coletivo na estrutura do AHF.

Segundo Christine Buci-Glucksmann (1980: 484), o AHF é “uma organização material que visa manter, defender, desenvolver a ‘frente teórica e ideológica’. O AHF portanto faz parte ‘do formidável complexo de trincheiras e fortificações da classe dominante’. O AHF é um dos aparelhos de hegemonia que visa sedimentar uma determinada superestrutura ideológica, instrumentalizando a burguesia para dirigir moral e intelectualmente as demais classes sociais.

Acreditamos que na teoria do AHF encontramos uma importante indicação para explicar o IBF. Dessa maneira, é interessante notar a seguinte afirmação de Roland Corbisier (1978: 80): “fundado e mantido pela classe patronal, o Instituto só poderia ter uma diretriz conservadora”. Assim, o IBF, ao lado e em concorrência com outras Instituições de ensino e investigação filosófica constituíam o aparelho de hegemonia filosófica, parte da estrutura de poder da classe dominante, como instrumento de combate intelectual, fundamental para a tentativa de construir uma hegemonia. O IBF representava, como procuramos justificar neste artigo, no interior do AHF um projeto de hegemonia conservadora.

Referências

- ARANTES, Paulo Eduardo. Instinto de Nacionalidade: Cruz Costa e herdeiros nos idos de 60. In: *Um departamento Francês de Ultramar*. Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CORBISIER, Roland. *Autobiografia filosófica: das ideologias à teoria da práxis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade Brasileira. In: ____; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). *Gramsci e a América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- CROCE, Benedetto. *Storia d'Europa nel secolo decimonono*. 2 ed., Milão: Adelphi, 1999.
- CUOCO, Vincenzo. *Saggio Storico sulla Rivoluzione di Napoli*. Milão: Rizzoli, 1999.
- DEL ROIO, Marcos. Um século de revoluções passivas. In: AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton (Orgs.). *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2003.
- GENTILE, Giovanni. *Albori della nuova Italia*. Opere. Vol. XXI, Florença: Sansone, 1969.
- GIANNOTTI, José Arthur. Sobre o Trabalho Teórico, In: *Transformação*, n. 1, Assis, 1974.
- GONÇALVES, Tânia. *João Cruz Costa Educador: Contribuições ao debate sobre a filosofia como formação cultural*. São Paulo: FE-USP, (Dissertação de Mestrado), 2004.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, V. 1. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- Índice da Revista Brasileira de Filosofia (1951 – 1980)*, Salvador: CDPB, 1982.

- KONDER, Leandro. História dos Intelectuais Nos Anos Cinquenta. In FREITAS, Marcos Cézar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto – USF, 1998.
- MERCADANTE, Paulo. *Consciência Conservadora no Brasil*. 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. Gênese de uma República sob medida. In: *Revista do Pensamento Brasileiro*, nº 1, Salvador, 1989.
- PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. *Ideologia e Filosofia no Brasil: O Instituto Brasileiro de Filosofia e a Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo: FE-USP, (Tese de Doutorado), 1998.
- PAIM, Antonio. *O Estudo do pensamento Filosófico Brasileiro*, 2 ed., São Paulo, Editora Convívio, 1986.
- _____. *História das ideias filosóficas no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Editora Convívio, 1987.
- REALE, Miguel. *A filosofia em São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1962.
- _____. *A filosofia em São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Grijalbo, 1976.
- _____. A doutrina de Kant no Brasil. In. CRIPPA, Adolpho, *As ideias filosóficas no Brasil*, Vol. I. São Paulo: Convívio, 1978.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. *A Produção Social do Marxismo Universitário em São Paulo: Mestres, Discípulos e “um Seminário” (1958 – 1978)*. São Paulo: FFLCH-USP, (Tese de Doutorado), 2011.
- SALAZAR BONDY, Augusto. *Existe una filosofía de nuestra America?* 11 ed, México: Siglo XXI, 1988.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *A Filosofia Contemporânea no Brasil* Conhecimento, Política e Educação. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SOARES, Jorge Coelho. *Marcuse no Brasil*. Londrina: Edições CEFIL, 1999.
- VITA, Luis Washington. Tentativa de esquematização da filosofia atual no Brasil. In: _____. *Triptico de Ideias*. São Paulo: Grijalbo, 1967.

Notas:

- ¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UEFG); professor do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás - UEG campus Quirinópolis. Email: jurucemattos@gmail.com
- ² Doutor em Filosofia pela Universidade de Varsóvia (1996); professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEd (Mestrado e Doutorado) e do Curso de História da Universidade Tuiuti do Paraná - UTP. Email: pedro.costa@utp.br
- ³ Entendemos aqui aparelho de hegemonia filosófico (AHF), no sentido desenvolvido por Christine Buci-Glucksmann (1980: 474): “Se trata de um aparelho diversificado: político, cultural (editora, imprensa, etc.), e escolar (escolas, colégios, universidades, revistas, etc.), como lugar no qual a filosofia se inscreve nas superestruturas e assume uma existência material”.
- ⁴ Para maiores informações sobre a tradição de ensino filosófico desenvolvido na Faculdade de Direito do largo de São Francisco, cf. (REALE, 1976).
- ⁵ Para uma relação dos congressos e cursos realizados pelo IBF (PÁDUA, 1998). A autora destaca igualmente o apoio recebido pelo IBF, do governo paulista, nos anos 1950, para a realização destas atividades.
- ⁶ Para uma história da RBF, cf. (ÍNDICE, 1982: 9-14).
- ⁷ É importante lembrar que o governador do Estado de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, e o prefeito da capital, Armando Arruda Pereira, consideravam na época que o IBF era uma “entidade de utilidade pública” (PÁDUA, 1998: 21).
- ⁸ Sobre o processo de aproximação entre Paim, Mercadante com Reale e o IBF, consultar a entrevista de Mercadante (SOARES, 1999: 129-134).
- ⁹ “Somente um prejuízo ridículo contra as faculdades de Direito, tão inconsistente e frágil, pode atribuir ao bacharelismo a responsabilidade por todos os males nacional” (REALE, 1976: 96).
- ¹⁰ “A chamada cultura ornamental... está bem longe de corresponder ao processo da nossa evolução cultural” (PAIM, 1986: 15).
- ¹¹ “A tendência a atribuir a outras nações as dificuldades que advêm de uma escolha que é de nossa exclusiva responsabilidade é um traço que remonta ao período Pombalino” (PAIM, 1986: 29).
- ¹² Na história da filosofia latino-americana (conceito, aliás, criticado por Reale) encontramos uma posição análoga defendida pelo filósofo argentino Francisco Romero que propõe organizar a reflexão filosófica a partir de “temas y motivos preponderantes y característicos de nuestra filosofía”, sobre esta concepção observa ironicamente o filósofo peruano Augusto Salazar Bondy: uma vez conhecida a orientação da filosofia de Romero, não é difícil de saber, que os temas e problemas característicos da filosofia América Latina correspondem aos temas e soluções por ele preferidos (SALAZAR BONDY, 1988: 41-44).

Recebido em: 04.09.2014

Publicado em: 31.12.2015